

UMA LEITURA DO DISCURSO DE ACREANIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS RIO-BRANQUENSES (1999-2019)



A READING OF THE ACREANITY DISCOURSE IN RIO-BRANQUENSE PUBLIC SPACES (1999-2019)

Antonio Maicon Batista Bezerra¹

Resumo

Em 1999, o engenheiro florestal Jorge Viana, foi eleito governador do Estado do Acre, estabelecendo desde então, uma hegemonia política do Partido dos Trabalhadores no Acre. Essas gestões, foram marcadas por uma forte política patrimonial de intervenção nos espaços públicos. Apesar disso, objetivamos promover uma reflexão sobre os sentidos estéticos, narrativos e discursos, subjacentes as alterações arquitetônicas promovidas pelos governos petistas no Acre. Essa empreitada contou com as contribuições de Sandra Pesavento (2002), Maria de Jesus Morais (2016) e Ana Carla C. Lima (2011), indispensáveis ao estudo e análise do discurso de acreanidade. O conceito de discurso, o concebemos como emergência e descontinuidade, usado com base em Michel Foucault (2008). Tais leituras, juntamente com pesquisa documental e pesquisa de campo. Nos levou a compreender as transformações urbanas, realizadas na cidade de Rio Branco, Acre, como uma tentativa de criar um ecossistema de aceitação das políticas defendidas pelo partido dos trabalhadores, sobretudo, aquelas direcionadas para o extrativismo, a exploração madeireira e o ecoturismo.

Palavras-chave: Cidade; arquitetura; discurso; identidade.

Abstract

In 1999, forestry engineer Jorge Viana was elected governor of the State of Acre, establishing since then a political hegemony of the Workers' Party in Acre. These actions were marked by a strong patrimonial policy of intervention in public spaces. Despite this, we aim to promote a reflection on the aesthetic, narrative and discourse meanings underlying the architectural alterations promoted by the PT governments in Acre. This endeavor had the contributions of Sandra Pesavento (2002), Maria de Jesus Morais (2016) and Ana Carla C. Lima (2011), indispensable to the study and analysis of the Acreanity discourse. The concept

¹ Mestre profissional em Ensino de História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: maiconbezerra22@gmail.com.



of discourse, we conceive it as emergence and discontinuity, used based on Michel Foucault (2008). Such readings, together with documentary research and field research. It led us to understand the urban transformations, carried out in the city of Rio Branco, Acre, as an attempt to create an ecosystem of acceptance of the policies defended by the workers' party, especially those directed towards extractivism, logging and ecotourism.

Keywords: City; architecture; speech; identity.

Introdução

A reforma do Palácio Rio Branco, no decorrer do ano de 2002, coroava e solidificava uma intensa política de intervenções, reformas e embelezamentos arquitetônicos, efetuados nos espaços públicos da cidade de Rio Branco. O Palácio, com toda sua carga simbólica e identitária, funcionava como o centro irradiador de uma “cartografia do poder”. Incidia, como analisa Ana Carla Clementino de Lima, especialmente sobre os espaços de significação cultural, como museus, monumentos, praças públicas e sítios históricos e paisagísticos².

O manejo discursivo e narrativo do patrimônio, da história e memória dos acreanos, foi uma marca distintiva dos governos petistas no Acre. Administrações que monopolizaram o poder executivo estadual em consecutivos mandatos, contando com Jorge Viana (1999–2007); Binho Marques (2007–2011) e Tião Viana (2011–2019).

Essas reformulações patrimoniais foram a base dos estudos sobre o processo de invenção e reinvenção da identidade acreana, feitos por Maria de Jesus Morais³. A autora identificou uma tentativa sistemática de emplacar o discurso de “acrianidade”, usando uma série de comemorações e modificações urbanas. Difundido nas esferas institucionais, midiáticas, patrimoniais e educacionais, esse discurso configurava uma narrativa de legitimação política e econômica, alicerçada sob uma pretensa construção identitária, característica do povo acreano. Reverberava valores como: heroísmo histórico dos acreanos,

² LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco: Linguagens de uma arquitetura de poder no Acre**. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.

³ MORAIS, Maria de Jesus. **“Acrianidade”**: Invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: Edufac, 2016.



valorização dos povos tradicionais e relações harmônicas entre a sociedade e a natureza⁴.

Explícita e implicitamente, todos esses valores, eram legitimados e explicados historicamente por uma narrativa histórica “historicizante”, que colocava os governos da Frente Popular do Acre (FPA), como genuínos representantes da identidade acreana. Herdeiros dos “heróis” históricos do Acre e dos movimentos de resistência de indígenas e seringueiros. Aptos, portanto, a empreenderem as medidas econômicas cabíveis as características identitárias do Acre⁵.

Essa estratégia discursiva, encontrava nos lugares de memória seu *locus* prioritário. Se considerarmos apenas o Governo Jorge Viana (1999–2002), realizaram-se seis comemorações em referência ao centenário da Revolução Acreana e ao Movimento Autonomista. Os alvos dos festejos eram “as quatro insurreições dos brasileiros do Acre contra o domínio boliviano, e os 100 anos das cidades de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira”⁶.

Além disso, adensam a lista das transformações e comemorações, fruto dessa empreitada discursiva; o Culto a Memória de Chico Mendes, personagem, que se tornou o principal objeto do discurso de “acrianidade”. Personificado num avido defensor do ambientalismo e do manejo florestal “sustentável”, frequentemente colocado como o “idealizador” das agendas socioeconômicas promovidas pelos governos petistas. Esse evento era realizado anualmente nos dias 15 e 22, de dezembro, data de seu nascimento e morte⁷.

Tínhamos também a comemoração do Dia da Amazônia, em 5 de setembro de 2004; a inauguração do Memorial aos Combatentes da Revolução, em 2003, construído no contexto das comemorações do centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis. A Praça Povos da Floresta e o monumento em homenagem aos Povos da Floresta, também fazem parte desse conjunto de modificações cidadinas, reinaugurados em 2003. Por fim, tivemos a construção do Memorial dos Autonomistas em 2002, local onde abriga os restos mortais de José Guimard

⁴ GUIMARÃES JÚNIOR, Isac de Souza. **A Construção discursiva da Florestania: Comunicação, identidade e política no Acre**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e mediação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

⁵ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acrianidade**”, 2016.

⁶ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acrianidade**”, 2016, p. 284-285.

⁷ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acrianidade**”, 2016.



dos Santos e sua esposa, Lydia Hammes. Guiomard Santos foi um dos principais articuladores políticos do processo de elevação do Acre a categoria de estado⁸.

Essa intensa política patrimonial dos governos da Frente Popular do Acre, coalização encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no qual faziam parte o PCdoB; PSOL; PDT; PRP; PV; PSB e PPL. Foi investigada por Moraes (2016), a partir de três corredores de significação cultural. O primeiro corredor corresponde ao sítio histórico do 1º Distrito, incluindo a Praça dos Povos da Floresta, o Palácio Rio Branco, a Praça dos Seringueiros, a Biblioteca Pública e o Memorial dos Autonomistas. O segundo compreende o casario da Rua Epaminondas Jácome, a Praça da Bandeira e o Novo Mercado Velho. Quanto ao terceiro, delimita-se pelo sítio histórico do 2º Distrito, o Calçadão da Gameleira, o Memorial aos Combatentes da Revolução Acreana e o casario da Rua Eduardo Assmar⁹.

As construções e reformas do patrimônio histórico, natural e paisagístico, foram largamente pesquisadas, sob as mais diversas óticas. Grande parte delas, voltadas para os estudos culturais, fitando aspectos discursivos e identitários. Há, todavia, pouca reflexão a respeito, exclusivamente, dos significados e objetivos das transformações arquitetônicas nos espaços públicos. Uma vez que as pesquisas, direcionam suas análises para os bens patrimoniais, como museus, memoriais e sítios históricos e paisagísticos.

Associada a essa linha investigativa, uma das produções mais vultosas, foi a supracitada obra, *Acreanidade: Invenção e reinvenção da identidade acreana*, da geógrafa Maria de Jesus Moraes¹⁰. O foco da pesquisa foram as construções identitárias, pensadas pelo viés geográfico/territorial, entendidas como construção social e histórica.

Nessa ótica, as modificações arquitetônicas e patrimoniais dos governos petistas, significariam uma ruptura e ressignificação da representação identitária acreana. Segundo Moraes, a constituição identitária acreana estava ancorada em dois eventos históricos¹¹. A “Revolução Acreana” e o Movimento Autonomista. A partir do Governo Jorge Viana (1999–2007), gênese do discurso de acreanidade,

⁸ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”, 2016.

⁹ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”, 2016.

¹⁰ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”, 2016.

¹¹ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”, 2016.



houve o acréscimo de um terceiro fator histórico, os movimentos de resistência de seringueiros e indígenas nas décadas de 1970 e 1980.

A “Revolução Acreana” e o Movimento Autonomista, esclarece Moraes (2016), eram eventos que ressaltavam o protagonismo da elite local. Desse modo, difundir o “termo “acreanidade”, que define a identidade acreana atualmente, foi criado pelo Governo da Floresta em contraste com o termo acreanismo, relacionado ao movimento da elite local”¹².

Abordagem semelhante, também voltada para os espaços culturais, foi produzida por Damiana Nascimento de Araújo, na dissertação *Ambientalismo e Acreanidade: Espaços de memória e cultural no Governo da Frente Popular (1999–2017)*¹³. Aqui a autora desenvolve uma leitura crítica, debatendo o esvaziamento das políticas de fomento e preservação do patrimônio histórico e cultural do Acre. O enfraquecimento, daquilo que caracterizava o discurso de acreanidade. A saber, a valorização da memória e a cultura das populações tradicionais. Foi identificado, precisamente, a partir do Governo Tião Viana (2011- 2009). Gestão que relegou ao abandono, vários espaços de preservação cultural, após a cheia histórica do Rio Acre, no ano de 2015.

Além das pesquisas mencionadas, tantas outras de igual relevância, promoveram essa intersecção entre o discurso, a identidade e o patrimônio. Se voltando sempre, para os lugares de memória, especialmente os museus. As dissertações: *Palácio Rio Branco: O Palácio que virou museu*, de Ana Paula Bousquet Viana¹⁴; *Palácio Rio Branco: Linguagens de uma arquitetura de poder no Acre*, escrita por Ana Carla Clementino de Lima¹⁵. O minucioso trabalho da pesquisadora Agda Araújo Sardinha Pinto, *O Discurso Identitário nos Museus de Rio Branco, Acre: Uma Análise de Narrativas Expositivas*, produzindo uma rica

¹² MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”, 2016, p. 19.

¹³ ARAÚJO, Damiana Nascimento de. **Ambientalismo e acreanidade: Espaços de memória e cultural no Governo da Frente Popular (1999-2017)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017.

¹⁴ VIANA, Ana Paula Bousquet. **Palácio Rio Branco: O Palácio que virou museu**. 2011. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

¹⁵ LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco**, 2011.



e detalhista descrição e análise do discurso museológico do Museu da Borracha e do Palácio Rio Branco, são exemplos desse hiperfoco investigativo¹⁶.

Como explicitamos, ainda existe uma carência de análises e interpretações, relacionadas exclusivamente as intervenções urbanas e arquitetônicas, protagonizadas pelos governos da FPA. Conhecemos pouco os significados pretendidos com a criação de parques, praças e a nomeação de ruas e avenidas. Algumas investigações, notadamente as realizadas por Moraes (2016), Araújo (2017), Guimarães Júnior (2008) e Oliveira (2012), chegam a mencionar e documentar algumas intervenções urbanas, mas não as alicerçaram como pilares analíticos das suas reflexões.

Centrar as observações nas significações do urbano, além de desvelar as camadas que recobrem as relações de poder, ajuda a identificar as interpretações e apropriações da cidade. Realizadas pelos sujeitos sociais, que vivem, convivem, dialogam e experienciam a urbe. Criando identidades, culturas e vivências, desvencilhadas das pretensões de subjetivações dos detentores do poder estabelecido.

Pensando nesse conjunto de fatores, intentamos no decorrer deste trabalho. Refletir sobre as possíveis interpretações e propósitos, almejados pelas intervenções urbanas e arquitetônicas, realizadas nos espaços públicos da Cidade de Rio Branco, durante os governos petistas no Acre, entre os anos de 1999 e 2018. Para isso, identificaremos algumas das principais modificações urbanas de lazer, mobilidade e embelezamento, indagando sobre as possíveis estratégias discursivas, inerentes a tais transformações urbano-arquitetônicas.

Com esta finalidade, dialogaremos com as análises de Sandra Jatahy Pesavento, em “O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano Paris - Rio de Janeiro - Porto Alegre”¹⁷. A qual chama à atenção, para as intenções e possibilidades das formas do urbano de evocar, construir, influenciar e reverberar sentidos e valores. O planejamento arquitetônico das cidades, não

¹⁶ PINTO, Araújo Sardinha. **O discurso identitário nos museus de Rio Branco, Acre: uma análise de narrativas expositiva**. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.



estão ligados, exclusivamente, a “formas racionais” de mobilidade e convivência social, eles também produzem sentidos simbólicos, culturas e identidades.

Além das interlocuções teóricas estabelecidas com Pesavento, metodologicamente, valemo-nos de pesquisa bibliográfica, utilizando as contribuições apresentadas, por Morais (2016), em menor grau, Lima (2011) e João José Veras de Souza, com a tese “Seringalidade: A Colonialidade no Acre e os Condenados da Floresta”¹⁸. Lançamos mão de pesquisa documental, averiguando o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (ZEE), e o Plano Plurianual- 2008-2011 (PPA). Ademais, observações de campo foram fundamentais para refletir os sentidos do urbano.

A percepção do discurso como acontecimento e descontinuidade, guia nossa abordagem metodológica e analítica. Concebemos o discurso, portanto, como um acidente imprevisível, livre de continuidades e significados ocultos. O discurso, tampouco, como o empregamos, pode ser explicado como contingência histórica, pois, salienta Foucault,

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância¹⁹.

Alinhado a esse pressuposto, buscamos fugir as continuidades e verdades, entendendo o discurso, não imbricado em significados semânticos no interior da linguagem, mas como descontinuidade e dispersão. Buscamos a irrupção dos acontecimentos enunciativos, delimitados por determinadas regras de manutenção e circulação enunciativa, situadas no interior de uma formação

¹⁸ SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: A Colonialidade no Acre e os Condenados da Floresta**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 28.



discursiva. Condições e relações que determinam as verdades, saberes e poderes²⁰.

Captar o discurso como dispersão, não significa procurar a “verdade histórica”, mas perceber as regras que regem a formação desse discurso. Discurso que delimita, exclui e seleciona. Definindo e legitimando os sujeitos, eleitos para falar em nome da verdade. O discurso, desse jeito, compreende um acontecimento enunciativo historicamente situado, sujeito a relações de poder determinantes e pulverizadas, externo ao universo linguístico e destituído da presença de um sujeito criador originário²¹. Constitui aquilo que nos atravessa, como sugere Foucault, em sua aula inaugural no *Collège de France*, ao proferir que “ao invés de tomar a palavra gostaria de ser envolvido por ela”²². O discurso, não representa mera significação, mas é produtor de subjetividades, uma vez que “o discurso sobre a loucura precede o louco”²³.

Orientados por esses referenciais teóricos e metodológico, organizamos o presente artigo, inicialmente debatendo as intervenções urbanas na cidade de Rio Branco, protagonizadas pelos governos petistas no Acre. Procurando identificar os possíveis sentidos do urbano, inerente a tais transformações. Na sequência, refletiremos sobre o imaginário da cidade, desnudando as intenções simbólicas e discursivas, subjacentes às mudanças ocorridas na capital acreana. Por fim, analisaremos as mudanças arquitetônicas do Acre, como consequência direta da tentativa de criar uma indústria do turismo no estado.

As intervenções e os sentidos do urbano nos Governos da Frente Popular do Acre

O frenesi memorial produzido pelos agentes da “acrianidade”, utilizando massivamente símbolos e signos, como instrumentos de legitimação político-econômica. Realçando e criando memórias que permitiam associações dos movimentos sociais de seringueiros e os “heróis” históricos estaduais, com os

²⁰ RAGUSA, Pedro. “Arqueologia do Saber e a história”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**, 2008.

²¹ RAGUSA, Pedro. **Arqueologia do Saber e a história**, 2008.

²² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Editora Loyola, 2009. p. 5.

²³ ALVES, Julia Mayra Duarte; PIZZI, Laura Cristina Vieira. “Análise do Discurso em Foucault e o papel dos enunciados: Pesquisar subjetividades nas escolas”. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 81-94, 2014. p. 82.



governos petistas. Almejavam, com isso, tornar usuais e habitadas, memórias abandonadas e esquecidas, pois como afirma Pierre Nora, a lógica intrínseca ao ímpeto incessante de conservar memórias e vestígios, deve-se ao fato dessas operações não serem mais naturais²⁴.

Esses novos espaços urbanos, foram concebidos imbricados numa lógica de usabilidade. Carregavam, no entanto, implicitamente, sentidos políticos, econômicos e identitários, alinhados a diretrizes de identidade/especialidade, ditas intrínsecas aos acreanos. Podemos observar essa estratégia discursiva no Parque da Maternidade, concluído em setembro de 2002. O Parque e o Canal da Maternidade, cortam a parte central da Cidade de Rio Branco, congregando quadras de esportes, bares, restaurantes e lanchonetes, ciclovia, pistas de skate e *cooper*²⁵.

Mapa 01 - Mapa aéreo da Cidade de Rio Branco, mostrando o percurso do Canal da Maternidade e ao Parque da Maternidade.



Fonte: MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”, 2016, p. 272.

²⁴ NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

²⁵ LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco**, 2011. MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”, 2016.



Esse percurso forma simbolicamente um grande “rio”, com mais de 6 km, onde podemos encontrar em suas “margens”, além dos espaços de lazer e recreação, a Casa dos Povos da Floresta. Inaugurada em 2003²⁶, durante o Governo da Floresta (Governo da Floresta era o slogan do Governo Jorge Viana), fruto de um financiamento no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), via Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Conforme identifica Moraes, Edunira Assef foi a arquiteta responsável pela construção. Sua missão era “projetar um ‘espaço que abrigasse as coisas dos povos das florestas, dos índios e seringueiros’²⁷. Assim, com utensílios de madeira e coberto a palha, Edunira Assef materializou uma construção muito semelhante às conhecidas malocas indígenas.

Ainda no decorrer do Canal da Maternidade, foi construída a Biblioteca da Floresta²⁸, outro lugar de memória, que assim como a Casa dos Povos da Floresta, carrega forte componente de identificação e alusão as populações tradicionais. Como informa Moraes, foi inaugurada em dezembro de 2006, dispendo de uma arquitetura arrojada e simbólica, incorporando tendências modernistas e tradicionalistas, associadas aos povos indígenas e aos seringueiros²⁹. Revestida de madeira, como podemos identificar (ver Imagem 01), sua estrutura, lembra o que seriam “malocas” indígenas. Ela abriga espaços de divulgação e conservação, com itens físicos e digitais, inerentes à cultura indígena, seringueira e ribeirinha. Servindo como importante centro de pesquisa, conservação e divulgação da vida dessas populações.

²⁶ LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco**, 2011.

²⁷ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”, 2016, p. 273.

²⁸ Como explica Moraes, a Biblioteca da Floresta foi inicialmente denominada de Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, homenagem do Governo da Frente Popular do Acre para a ex-seringueira e política acreana, que se tornou Ministra do Meio Ambiente (2003 a 2008) do governo Lula. Ver MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”, 2016, p. 27.

²⁹ MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”, 2016.



Imagem 01 - Foto parcial da Casa dos Povos da Floresta, mostrando sua arquitetura original e intacta.



Fonte: MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”, 2016, p. 275.

A Casa dos Povos da Floresta e a Biblioteca da Floresta, gravitando entre ciclovias e anfiteatros, locais de venda para artesanatos (Casa do Artesão), espaço para shows e peças teatrais (Concha Acústica), lanches e bares, quadras poliesportivas e restaurantes, representam ou procuravam representar, segundo as pretensões dos seus idealizadores, a tentativa de recriar uma ambiência “tradicional” e “natural”. Lugares capazes de aflorar as identidades e capacidades, “inerentes” aos acreanos. Desse modo, favorecendo e criando um sentimento de aceitação das políticas sociais e econômicas, defendidas pelos governos petistas.

Os sentidos do urbano convergem para uma vivência socioeconômica, atribuída como vocação histórica inata e tradicional dos acreanos. Caracterizada pelo preservacionismo florestal – ambientalismo – a exploração de recursos florestais e madeireiros. Tudo isso, a partir do olhar urbano arquitetônico, era camuflado por um verniz de usabilidade, novidade e mobilidade urbana.

Imagem 02 - Foto da Biblioteca da Floresta, recém-construída.



Fonte: Ana Wanessa B B, blog AWBB (<https://bitly.com/dPsme>).



Essa forma de interpretar o conjunto arquitetônico da Canal e Parque da Maternidade, à primeira vista, parece pouco palpável. Contudo, nos lembra Pesavento, não devemos esquecer, que a configuração imagética da cidade, possui a capacidade de narrar e criar formas de sentir, ver e sonhar o mundo social, exteriorizando modelos arquitetônicos que manifestam desejos e ambições³⁰. Isso porque, a arquitetura, os traçados urbanos, os materiais empregados nas construções, as técnicas e tecnologias de engenharia, informam e traduzem a sensibilidade de determinadas épocas ou sociedades.

As paisagens urbanas e as formas arquitetônicas são também uma linguagem, são raciocínios sem “palavras” e discursos sem “som”. Reveladores da ordem moral, dos valores e ideologias. Em razão disso, Pesavento, em *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano*, ressalta a capacidade das formas do urbano de evocar e construir sentidos, valores e vivências³¹. Assim, não podemos atribuir ao conjunto paisagístico e arquitetônico do canal e parque da maternidade, obra do acaso, desinteressada e ingênua. Ao contrário, representam projetos de subjetivação, voltados para interesses concretos de ordem econômica e social.

O imaginário da cidade, do jogo de espelhos a cartografia do poder

As praças públicas, parques e bibliotecas, criados no bojo dos governos petistas, traduzem e almejavam uma construção de sentidos. Pretendiam criar uma imagem do urbano, como escreve Pesavento, atribuindo a ela forma e feição, contendo “[...] em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade”³². Tais objetivos são concretizados em decorrência da capacidade intrínseca a humanidade de atribuir “[...] significados rituais e míticos às coisas e às práticas sociais. Dessa forma, entende-se a necessidade do monumento ligado ao mito das origens ou ao mito fundador”³³.

Isso significa dizer, que pela referencialidade e construção de determinadas formas de memória coletiva, transmitidas nos espaços urbanos, os

³⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*, 2002.

³¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*, 2002.

³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*, 2002, p. 16.

³³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*, 2002, p. 17.



grupos e agentes sociais, possuem a capacidade de inventar o passado à imagem e semelhança do presente.

Entretanto, não devemos esquecer, que os espaços inventados, disputados ou impostos, também são apropriados e “[...] descaracterizado pelos habitantes da urbe que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos”³⁴. Considerando as reflexões de Pesavento, interpretamos a função simbólica das intervenções urbanas da “acreatividade”, falando mais detidamente sobre o Canal e o Parque da Maternidade, como um “jogo de espelho”. Refletindo e criando imagens ideais da cidade, uma espécie de metonímia e metáfora de projetos e desejos. Como afirma a autora, as representações identitárias das cidades, formuladas a partir dos traumas, desejos e questionamentos, são criadas como problema, pensadas e expressas, enquanto discurso e imagem.

A cidade opera enquanto espaço elementar de referência e compreensão do todo, catalisando uma forte tensão entre o simbólico e o “real”. Materializa os dois lados do espelho. Na qual um deles, encarna o imaginário e o perfeito, idealizações da cidade e da identidade. Essa operação, tem o poder de inventar, reinventar e modificar as representações sociais.

Ademais, assevera Pesavento, ao refletir a partir das contribuições de Bourdieu, “[...] o real é um campo de disputa para definir o que é o real”³⁵. A cidade ideal, construída sob a formação discursiva da “acreatividade”, sinalizava para uma ideia de harmonia social e ambiental. Encarnada nas populações tradicionais, características, que estavam dadas historicamente, como identifica Pinto, nas narrativas museológicas criadas nos governos petistas³⁶.

Essa imagem ideal, como parte de um dispositivo discursivo, não almejava apenas reproduzir determinada narrativa histórica, mas, destaca Foucault, criar e inventar efetivamente a história e a identidade acreana³⁷. Não reproduzir, mas criar subjetividades, agora atreladas às ambições políticas e econômicas, associadas aos governos da frente popular.

³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**, 2002, p. 16.

³⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**, 2002, p. 23.

³⁶ PINTO, Araújo Sardinha. **O discurso identitário nos museus de Rio Branco, Acre**, 2014.

³⁷ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**, 2008.



Nesse processo de ressignificação das representações simbólicas, mediante intervenções urbanas e arquitetônicas, a funcionalidade tem uma importância basilar. Ao afirmar trabalhar em favor da assepsia, da higiene, da circulação e a estética, os efeitos de sentido da imagem do urbano, acabam sendo naturalizados e justificados. Com as modificações urbanas petistas, a funcionalidade carregava um duplo papel. Primeiramente, propunha aproximar o povo dos ícones identitários e culturais, aludindo sempre a aspectos pertencentes aos povos tradicionais, por outro lado, visava emprestar “modernidade” e “naturalidade” as obras públicas, dizendo promover a mobilidade, o lazer e a vivência urbana.

O imaginário sobre a cidade ideal, cria o efeito de presença do simbolismo discursivo, algo que ultrapassa a materialidade e a funcionalidade. O que permite “[...] passar da ‘cidade maravilhosa’ ao ‘país das maravilhas’, sem que a hipertransfiguração do real deixe de ser convincente”³⁸. O efeito de presença das estruturas arquitetônicas, possui uma função metonímica e metafórica de transfigurar as representações, fazendo com que ícones isolados como “[...] o caco, o traço, o detalhe sejam tomados como expressão do conjunto ou comparável a uma situação desejada”³⁹.

Assim, os símbolos indígenas, as estruturas alusivas a malocas, as luminárias geralmente em cor verde, os nomes escolhidos para os lugares – Via Chico Mendes, Biblioteca da Floresta, Praça dos Povos da Floresta *etc.* – servem para emprestar o sentimento e a sensação de convívio e habitação na “floresta”. Transparecendo o ideário de harmonia e conservação florestal, aspectos difundidos pelos governos da Frente Popular, como uma constante na História do Acre.

Isso corresponde também ao que Pesavento, aponta como uma “metaforização do social”, legitimando-se “pela crença e não pela autenticidade ou comprovação”⁴⁰. A metaforização do social, processo que ocorre no interior do “jogo de espelhos”, costuma tomar o detalhe pelo todo, praticando uma

³⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**, 2002, P. 159.

³⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**, 2002, P. 159.

⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**, 2002, P. 161.



ressemantização do espaço e do tempo. Envolve o mecanismo de tomada do detalhe pelo todo, o ideal pelo “real”, a identidade sonhada pela vivenciada.

A imagem do espelho nutrida pelos governos petistas, através do discurso de acreanidade, desenha o imaginário da “vivência florestânica”. Pacífica e harmoniosa, ambientalmente sustentável e heroica. Características que atenuam e misturam as representações identitárias do presente e do passado, em favor de novos projetos econômicos e sociais. Portanto, os lugares de memória e os embelezamentos urbanos, determinam um padrão de referência identitária, memorial e cultural, situado entre o “ser” e o “parecer”⁴¹.

Esse objetivo, no entanto, era confundido pelo insistente apego e sedução a “cartografia do poder”, como afirma Lima⁴². Introduzindo uma contradição explícita no discurso de reedição das representações identitárias acreana. A ambiguidade subsistia no fato, das narrativas governamentais, afirmarem valorizar os “povos da floresta” e as “populações tradicionais”, quando continuavam enfatizando e reverenciando os símbolos do poder e as velhas elites político-econômicas.

Essa prevalência fica manifesta ao observarmos que dentre os “[...] 106 sítios arqueológicos, 06 sítios paleontológicos, 30 sítios paisagísticos, 45 sítios ou bens históricos e 27 referências culturais”⁴³, aqueles escolhidos para enaltecer e reverenciar foram, majoritariamente, os que mantinham alguma relação com as antigas elites políticas. Nisso inclui-se, personagens apresentados como “heróis” históricos, canonizados pela historiografia positivista oficial. Ao seguir a “cartografia do poder”, os agentes da acreanidade, privilegiaram lugares destituídos de vínculo e pertencimento social.

Denotativo disso foi a patrimonialização e museificação do Seringal Bom Destino, muito lucrativo durante os tempos áureos da economia gomífera. Servindo, inclusive, como quartel-general das tropas “revolucionárias”, no decorrer da “Revolução Acreana”. Igual notoriedade foi dada ao antigo Seringal Benfica, localidade onde Plácido de Castro (1873-1908) foi assassinado. Na gestão

⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**, 2002.

⁴² LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco**, 2011.

⁴³ ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): Documento síntese**. Rio Branco, Ac: SEMA, 2010. p. 195.



Binho Marques (2007-2011), tornou-se um desconhecido museu ao ar livre. Ambos os locais são representativos da reverência ao poder e às elites locais, uma vez que, foram lugares eleitos como patrimônio histórico e cultural Acreano, unicamente por pertencerem ao mito fundador do Acre, a “Revolução Acreana”.

Essas escolhas destituídas de amparo social, vazias de sentido e memória popular, levou-os posteriormente ao abandono completo. Fato notabilizado pela jornalista Thais Farias, em 15 de junho de 2021, que por meio *Jornal AC 24 Horas*, exclamou: “museu que homenageia Revolução Acreana está abandonado”⁴⁴. Ainda em 2019, já se avolumavam notícias a respeito desse estado de coisa, como noticiado por Kelton Pinho, no *Jornal G1 Acre*, que escreveu: “em Rio Branco, museu a céu aberto em homenagem a Plácido de Castro está abandonado”⁴⁵.

Por tudo isso, a manifesta retórica de valorização das populações tradicionais, indígenas e seringueiros, teve que ceder espaço para a antiga forma de representação identitária e social, atrelada exclusivamente aos feitos da elite local.

As intervenções urbanas a serviço da mercantilização cultural

Além da escolha pela “cartografia do poder”, o que guiou o *boom* patrimonial e as modificações urbanas dos governos petistas, foi o incentivo à indústria do turismo. Fato pouco notado e debatido pelos pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre o discurso da acreanidade/florestania. Conforma estabelece o Plano Plurianual de 2008-2011, a indústria do turismo, representa para o Estado do Acre, um papel estratégico. Isso em decorrência da sua localização e formação histórica, características que torna o estado, dentre os entes federados da região amazônica, aquele com as maiores potencialidades.

⁴⁴ FARIAS, Thais. “Museu que homenageia Revolução Acreana está abandonado”. *AC 24 Horas*, Rio Branco, 15 de junho, 2021. Disponível em: https://ac24horas.com/2021/06/15/museu_que_homenageia-heroi-da-revolucao-acreana-esta-abandonado/. Acesso em: 05 jul. 2021.

⁴⁵ PINHO, Kelton. “Em Rio Branco, museu a céu aberto em homenagem a Plácido de Castro está abandonado”. *G1 ACRE*, Rio Branco, 05 setembro, 2019. Disponível em: <http://glo.bo/3aAqyX7>. Acesso em: 05 jun. 2021.



Desse modo, o Governo do Acre, nas administrações da frente popular, apostou pesadamente no turismo, como estratégia de desenvolvimento sustentável⁴⁶.

As inovações e revitalizações na Praça da Bandeira, no Calçadão da Gameleira, no Mercado Municipal e na Avenida Epaminondas Jácome. Feitas a partir de 2005, tiveram como efeito imediato a expulsão de inúmeros trabalhadores e moradores dessas regiões, pessoas consideradas um obstáculo, frente as novas concepções e objetivos de uso do espaço. Essas reformulações urbanas incluíam a modernização e restauração das casas e casarões, situados nas Ruas Sen e Eduardo Assmar, ambas circundantes ao Calçadão da Gameleira⁴⁷.

Objetivava-se transportar para a capital acreana, uma feição e estilo semelhante àquele existente nos centros históricos de Olinda e Salvador. Com casas coloridas, quiosques e grandes calçadas. Espaços voltados para o consumo e o turismo. As novas paisagens foram planejadas pela arquiteta Ester Stiller, considerada especialista em iluminação de ambientes. Sua atuação, fez com que a região, às margens do Rio Acre, enfatiza Lima (2011), passasse a “ser mais um ponto de referência do discurso de uma ‘tradição’ que renascia”⁴⁸. Agora, envolta por cores e luzes vibrantes, calçadas e calçadões amplos, aspectos facilitadores da circulação e o consumo. Com a nova arquitetura, observa Lima,

criou um ambiente alegre para consumo e lazer com bazares, cafés e bares, visando atrair mais clientes e consumidores desse “bem cultural” dos acreanos. Acompanhada de um espaço contemplativo para passeios, a “revitalização” do mercado trouxe novos significados de uso e função, demonstrando a força “onipresente” do Estado, com sua capacidade intervencionista justificada pela política de valorização histórica posta em ação⁴⁹.

As obras para “glamorizar” os espaços citadinos, adornados sutilmente com uma retórica de tradicionalismo, preservação e valorização da riqueza cultural acreana, possuía como objetivo implantar a indústria do turismo no Acre. Os parâmetros para a eleição dos espaços à categoria de ponto turístico, eram definidos pelo seu suposto pertencimento a um passado idealizado e imaginado. Eles deveriam materializar a cidade ideal.

⁴⁶ ACRE. LEI Nº 1.972. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 e dá outras providências.** Plano Plurianual-PPA 2008-2011. Rio Branco: 27 de dezembro de 2007.

⁴⁷ LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco**, 2011.

⁴⁸ LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco**, 2011, p. 20.

⁴⁹ LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco**, 2011, p. 21.



As “festas tradicionais”, datas cívicas e eventos culturais, eram fomentados sob a justificativa de preservar a identidade e a cultura histórica do povo, “e ao mesmo tempo trazer a cultura ao alcance de todos os segmentos da sociedade”⁵⁰. Isso justificativa, o uso e o abuso da memória coletiva, instaurando, como ressalta Ricoeur, um pacto temível entre rememoração, memorização e comemoração⁵¹.

O incentivo ao turismo, assim como outros programas econômicos dos governos petistas no Acre, contava com uma justificativa de cunho moral, cultural e ecológica. Segundo o discurso oficial, promovia-se um auxílio para a “manutenção da memória coletiva e é também uma oportunidade de ensinar novas formas de se ver a realidade, estimulando a tolerância e o respeito entre as pessoas”⁵². Para isso ser concretizado, era fundamental

que no Acre se dê a devida importância à preparação dos denominados “multiplicadores de conhecimento”, sendo que o componente mais importante da experiência turística são - e continuarão sendo - as pessoas que habitam o local e que se utilizam de práticas e fazeres importantes para o grupo⁵³.

Com isso, fica evidente que o produto turístico mais valioso não era, de forma alguma, os artesanatos, doces ou produtos materiais, vendidos nos quiosques do Calçadão da Gameleira, mas, sobretudo, a cultura e a identidade dos povos do Acre. Esse argumento fica manifesto no Zoneamento Econômico-ecológico do Acre, quando indica a subzona 2.1 e a subzona 3.1, como aquelas propícias ao incentivo do turismo.

A subzona 2.1 compõe as áreas de “Proteção Integral Áreas de Unidades de Conservação de Proteção Integral já existentes nas seguintes categorias: Parque Nacional, Parque Estadual, Estação Ecológica”⁵⁴. Quanto a subzona 3.1, são as

áreas com situação fundiária indefinida muitas delas com a presença de população rural/florestal, que após realização de estudos e levantamentos, poderão ser destinadas: para criação de novas Unidades de Conservação, em decorrência de sua relevância para conservação da

⁵⁰ ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000)**, 2010. p. 200.

⁵¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁵² ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000)**, 2010. p. 200.

⁵³ ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000)**, 2010. p. 200.

⁵⁴ ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000)**, 2010. p. 307.



biodiversidade e/ou potencial para o manejo florestal sustentável; para criação de novas Terras Indígenas, em função de demandas sociais de populações indígenas residentes; para criação de novos Projetos de Assentamentos Diferenciados, em função de presença de populações rural/florestal e para a consolidação de propriedades particulares identificadas e legalmente reconhecidas⁵⁵.

As zonas indicadas são territórios que, na perspectiva identitária dos agentes da acreanidade, habitam grupos portadores de integridade cultural e identitária perfeitamente conservadas. Mantidas limpidamente intactas, graças à reprodução do modo de vida material. Compondo formas de ser e estar, garantidores de integridade cultural. Essas zonas de “pureza”, estariam, oportuna e estrategicamente, disponíveis a vender e visitar, acompanhando a lógica descrita por Hall, que atribui a essa “curiosidade”, sobre grupos supostamente “íntegros culturalmente”, a certa fantasia fetichista da mentalidade colonizadora ocidental, motivada por uma ideia de exotismo cultural⁵⁶.

Além disso, o incentivo ao turismo nas zonas de conservação, pressupõe uma explícita negação da mobilidade identitária. Existe nesse processo, uma idealização equivocada, ao conceber as comunidades tradicionais, como espaços isolados, imunes ao contato com o “mundo exterior”. Essa visão simplista sobre as vivências amazônicas, converge para o que salienta Loureiro, sobre a concepção da Amazônia como colônia do Brasil e do mundo⁵⁷.

Por tudo isso, ao contrário do que preconiza Araújo, não vislumbramos uma valorização das populações tradicionais do Acre, decorrente das políticas ambientalistas dos governos petistas. Para Araújo, os povos tradicionais acreanos, num passado recente, “eram vistos como atrasados na política de modernização feita pelos militares na Amazônia [...] agora passam a ser considerados modernos, por sua maneira de se relacionar com a natureza”⁵⁸.

Contrastando com essa visão, identificamos uma instrumentalização da imagem e cultura dos povos tradicionais acreanos. Os povos indígenas e seringueiros, implicitamente, continuavam a ser concebidos enquanto

⁵⁵ ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000)**, 2010. p. 309-310.

⁵⁶ HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

⁵⁷ LOUREIRO, Violeta. **Amazônia Colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.

⁵⁸ ARAÚJO, Damiana Nascimento de. **Ambientalismo e acreanidade: Espaços de memória e cultural no Governo da Frente Popular (1999-2017)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017. p. 41.



representantes do passado. Um retrato fiel e essencializado das identidades “originais”. Por essa razão, eram usados narrativamente, a fim de lastrear projetos econômicos e políticos. Os sempre lembrados saberes tradicionais, pretensamente alinhados ao desenvolvimento sustentável, acabaram sendo negados, privilegiando outras epistemes, associadas a valores científicos e técnicos “modernos”.

O Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACR), criado em parceria com o Banco Mundial (BIRD), em 2010, convergem para essa afirmação. Conforme nos conta Souza, o programa tinha por objetivo “promover a inclusão social e econômica das populações mais pobres e mais desfavorecidas, vivendo tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais isoladas ou remotas do estado”⁵⁹. Isso seria executado pelo oferecimento de cursos e formações

dirigidos aos condenados da floresta, visa não só formar mentes desenvolvimentistas como transformá-los em seus prepostos difusores desta racionalidade no interior da floresta, ao tempo em que busca seduzir/induzir a que pensem que têm poder – poder que não é histórico, mas “dado” que é não-poder - quando só estão emponderados pela seringalidade⁶⁰.

Essa forma de atuar, “educando” as populações tradicionais acreanas, sustenta o autor, seria uma forma de “inclusão ontológica pela epistêmica”. Inclusão daqueles ainda “atrasados” e “inaptos” ao desenvolvimento moderno, inábeis ontológica e epistemologicamente, agora redimidos pelos agentes da acreanidade. Em suma, os conhecimentos tradicionais, afirmados como intrinsecamente sustentáveis, para se efetivarem na “moderna” economia verde, precisaram ser podados e instruídos. Passam a ser considerados incompletos e inadequados, além disso, perigosos para existirem naqueles ambientes onde historicamente se desenvolveram.

Considerações Finais

Os governos petistas no Acre (1999-2018), conseguiram emplacar o discurso conhecido como “acreanidade”, que se caracterizava por uma narrativa

⁵⁹ SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: A Colonialidade no Acre e os Condenados da Floresta**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. p. 287.

⁶⁰ SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade**, 2016, p. 507.



de valorização das comunidades tradicionais, defesa do desenvolvimento sustentável e a heroificação de personagens históricos. Por seu turno, os governos da frente popular, se colocavam como herdeiros dessas “grandes” figuras históricas, fundamentalmente dos movimentos de resistência de seringueiros e indígenas da década de 1970. Essa condição de continuadores de uma tradição histórica de longa data, servia para legitimar os projetos político e econômicos desenvolvidos por esses governos. Desse modo, o discurso de acreanidade pode ser concebido como dispositivo de legitimação política. Difundido massivamente nos meios de comunicação, eventos públicos e por uma política patrimonial de intervenções urbanas.

Frente a constatação da pouca incidência de pesquisas relacionadas, particularmente, às intervenções urbanas promovidas pelos governos petistas. Considerando, igualmente, a importância das formas do urbano para a construção das representações culturais e identitárias, bbjetivávamos, ao iniciarmos este artigo, evidenciar algumas das principais intervenções urbano-arquitetônicas realizadas durante os governos Jorge Viana (1999-2007); Binho Marques (2007-2011) e Tião Viana (2011-2019). Ademais, tínhamos a pretensão de refletir sobre as possíveis interpretações e pretensões discursivas e simbólicas, relacionadas a tais mudanças arquitetônicas urbanas.

Esses objetivos eram pautados pela premissa de que as formas do urbano, não podem ser entendidas de maneira ingênua e imparcial, pois são, também, uma forma de linguagem, carregam sentimentos, sentidos e noções. Os espaços urbanos são lugares de criação e recriação de representações, imaginários e identidades. As alterações nos espaços citadinos, feitas espontaneamente ou orientadas por políticas públicas, carregam intenções intrínsecas, refletem determinados contextos sociais, políticos e econômicos.

Desse modo, entendemos, a partir das contribuições teóricas de Pesavento, que as modificações e repaginações urbanas realizadas pelos governos da frente popular acreana correspondem a tentativas de legitimação política e econômica, mediante a criação da imagem da “cidade ideal”. As implicações desse “jogo de espelhos”, que se expressa como metáfora e metonímia, projetando o imaginário ideal, tomando a parte pelo todo, tinha objetivos de produzir subjetivações.



Com a construção do canal e do parque da maternidade, não se pensava unicamente em promover o saneamento ou legar espaços de lazer, pretendia criar, simbolicamente, a ideia de estarmos imersos em um ambiente florestal, cercados por “rios” e “igarapés”, árvores e populações indígenas. Isso explica, inclusive, o motivo pelo qual a Casa dos Povos da Floresta e a Biblioteca da Floresta, estarem situadas às “margens” do Canal da Maternidade. Tudo isso, buscava passar a ideia de preservação ambiental, diversidade e convivência harmoniosa entre as populações acreanas.

Esse efeito simbólico correspondia às políticas econômicas, promovidas pelo governo da situação, tais como: desenvolvimento sustentável; preservação florestal; exploração madeireira e extrativismo. Aliado a isso, os governos petistas, faziam-se passar por legítimos herdeiros dos movimentos sociais de resistência dos seringueiros e indígenas da década de 1970, bem como dos heróis históricos do Acre. Eles representavam um Acre apaziguado, cujas diferenças e conflitos estavam acalentados, restritos unicamente ao passado.

As reformas urbanas tinham, por outro lado, a pretensão de fomentar a indústria do turismo. Locais como a Praça da Bandeira e a região da gameleira, as margens do Rio Acre, foram os principais alvos neste sentido. Esses locais, passaram por grandes reformas de embelezamento, criando espaços que faziam lembrar os centros históricos das cidades do nordeste brasileiro. A mercantilização das culturas e identidades, estava na base da intenção de promover o turismo. Denotativo disso, foi a sugestão do Plano Plurianual- 2008-2011, para que as áreas de preservação ambiental, habitadas primordialmente por indígenas e seringueiros, fossem destinadas ao turismo.

Os debates pertinentes aos governos da frente popular, ao discurso de florestania e acreanidade, detém farta literatura, com produções muito qualificadas, a par disso, esperamos ter contribuído com as interpretações e debates sobre a temática. Desejamos que a presente pesquisa, contribua não apenas com argumentos ou reflexões, mas, acima de tudo, mostre lacunas e objetos ainda por explorar.

Data de submissão: 20/06/2023

Data de aceite: 28/10/2023



Referências

- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): Documento síntese**. Rio Branco, Ac: SEMA, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ozJQY>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- ACRE. LEI Nº 1.972. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 e dá outras providências**. Plano Plurianual-PPA 2008-2011. Rio Branco: 27 de dezembro de 2007. Disponível em: http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/PPA_2008_2011.pdf. Acesso em: 05 abr. 23.
- ARAÚJO, Damiana Nascimento de. **Ambientalismo e acreanidade: Espaços de memória e cultural no Governo da Frente Popular (1999-2017)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uvzB3>. Acesso em: 08 maio 2023.
- ALVES, Julia Mayra Duarte; PIZZI, Laura Cristina Vieira. “Análise do Discurso em Foucault e o papel dos enunciados: Pesquisar subjetividades nas escolas”. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 81-94, 2014.
- FARIAS, Thais. “Museu que homenageia Revolução Acreana está abandonado”. **AC 24 Horas**, Rio Branco, 15 de junho, 2021. Disponível em: <https://ac24horas.com/2021/06/15/museu-que-homenageia-heroi-da-revolucao-acreana-esta-abandonado/>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Editora Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GUIMARÃES JÚNIOR, Isac de Souza. **A Construção discursiva da Florestania: Comunicação, identidade e política no Acre**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e mediação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/yMNP6>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.
- LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco: Linguagens de uma arquitetura de poder no Acre**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ilyES>. Acesso em: 08 maio 2023.
- LOUREIRO, Violeta. **Amazônia Colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.
- MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”: Invenção e reinvenção da identidade acreana**. Rio Branco: Edufac, 2016.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28. Disponível em: <https://x.gd/4oTjw>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PINTO, Araújo Sardinha. **O discurso identitário nos museus de Rio Branco, Acre: Uma análise de narrativas expositiva**. 2014. Dissertação



(Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://x.gd/jG4i1>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PINHO, Kelton. “Em Rio Branco, museu a céu aberto em homenagem a Plácido de Castro está abandonado”. **G1 ACRE**, Rio Branco, 05 setembro, 2019. Disponível em: <http://glo.bo/3aAqyX7>. Acesso em: 05 jun. 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RAGUSA, Pedro. “Arqueologia do Saber e a história”. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3O6Lcfc>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: A Colonialidade no Acre e os Condenados da Floresta**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pqzY6>. Acesso em: 10 maio 2023.

VIANA, Ana Paula Bousquet. **Palácio Rio Branco: O Palácio que virou museu**. 2011. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/boyZ4>. Acesso em: 06 jun. 2023.

